



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

ISMAEL FELIPE DE OLIVEIRA MARCELINO

AS RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO: IMPACTO E CONTRIBUIÇÃO
ECONOMICO DA RENDA NO MUNICIPIO DE PAINEL / SC.

Painel - SC

2019

ISMAEL FELIPE DE OLIVEIRA MARCELINO

AS RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO: IMPACTO E CONTRIBUIÇÃO
ECONOMICA DA RENDA NO MUNICIPIO DE PAINEL / SC.

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas em 2019, da Universidade
do Sul de Santa Catarina, como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel

Orientador: Prof. João Antolino Monteiro, Msc.

Painel - SC

2019

RESUMO

A presente monografia teve por objetivo analisar a situação socioeconômica das famílias do município de Painei analisando a renda média dos trabalhadores de diferentes setores através de uma pesquisa de campo onde foram entrevistados trabalhadores agrícolas, do comércio e serviço público. Foi utilizado também materiais bibliográficos para assim fornecer embasamento teórico ao estudo. As principais conclusões obtidas foram: a) Os trabalhadores do setor agrícola possuem um rendimento médio de 3 a 4 salários mínimos; b) Os trabalhadores do setor do comércio e serviço público possuem um rendimento médio de 4 a 6 salários mínimos; A maior parte da renda gerada dentro do município de Painei é transferida para a cidade de Lages por causa principalmente da diferença de desenvolvimento urbano das duas cidades e também pela pequena distância entre Lages e Painei o que impede o desenvolvimento econômico do município de Painei.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico, Nível de Renda, Desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO.....	06
1.2Objetivos.....	07
1.2.1 Objetivo Geral	07
1.2.2 Objetivo Especifico.....	07
1.2.3 Justificativa	07
ESTRUTURA DO TRABALHO.....	08
2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	09
2.1 Crescimento Econômico.....	09
2.1.2 Emprego	11
2.1.3. Desemprego.....	12
2.1.4 Renda.....	14
2.1.5 A Curva de Kuznets.....	15
3. DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	16
3.1 Fator Localizacional	18
3.1.2 Transformações do Espaço	20
3.1.3 Fatores Aglomerativos.....	23
3.2 Histórico do Município de Painei.....	30
3.2.1 Caracterização Geográfica do Município de Painei	32
3.3 Situação Econômica do Município	32
3.4 Pesquisa.....	33
3.4.1 Metodologia	33
3.4.2 Estudo de caso.....	34
4. PESQUISA APLICADA AS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE PAINEL.....	34
4.1 Comparativos dos Dados.....	38

4.2 Contribuição da Renda para o Município e para as Famílias.....	40
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS.....	43
-------------------------	-----------

ANEXOS.....	44
--------------------	-----------

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Tabela 1 – Número de pessoas por residência.....	34
--	----

Tabela 2 – Número de pessoas que trabalham.....	35
---	----

Tabela 3 – Em quais setores estão alocados os trabalhadores.....	35
--	----

Tabela 4 – Renda média das famílias.....	35
--	----

Tabela 5 – Gasto aprox. das famílias de trabalhadores agrícolas (Mês).....	36
--	----

Tabela 6 - Gasto aprox. das famíl. de trab. do setor público e comércio.....	37
--	----

Tabela 7 – Contribuição da renda para a economia local e regional.....	38
--	----

Gráfico 1.....	39
----------------	----

Gráfico 2.....	39
----------------	----

1 1. INTRODUÇÃO

Com o intuito de desenvolver o tema: “As relações de trabalho e emprego: estudo da contribuição da renda no Município de Pánel / SC”, a presente monografia busca levantar através de pesquisa efetuada, informações que apontem como se encontra o quadro sócio econômico das famílias do Município, para que assim possa se identificar a renda média dos trabalhadores rurais e empregados de outros setores da economia local. Desta forma será possível identificar qual a contribuição que a renda destes trabalhadores gera para as próprias pessoas e também para o município como um todo.

O presente estudo busca, a obtenção de um diagnóstico da atual situação socioeconômica das famílias Painelenses, e para que se chegue a este objetivo ser necessário a realização de uma pesquisa de campo, aplicando um formulário que servira para se ter ideia da situação econômica das famílias de diferentes níveis sociais.

Após a realização desta pesquisa será analisado o qual o nível da renda dos trabalhadores de diferentes ramos da economia local, ou seja, poderá se saber qual a renda média dos trabalhadores rurais e qual a contribuição que esta renda gera para a família dos trabalhadores.

Será analisada também a renda média dos trabalhadores de outros setores que não os da área rural, como o comércio e o serviço público pois de antemão se é sabido que estes setores são os que mais geram empregos e renda depois da agricultura e pecuária. Depois de se obter estas informações poderá se chegar ao objetivo principal da pesquisa que o de se fazer uma comparação da renda dos trabalhadores dos diferentes segmentos da economia do município, e por fim descobrir qual a importância desta renda para as famílias dos trabalhadores e também a importância desta renda para a economia do município como um todo.

Após desenvolver a pesquisa de campo espera-se seja possível atingir os objetivos principais deste estudo, que se fundamenta principalmente na idéia de não fechar uma pesquisa, mas sim deixa-la em aberto abordando vários pontos diferentes, para que posteriormente possam ser melhor estudados de maneira individual.

1.2 Objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Este estudo busca identificar e compreender as relações de trabalho e emprego e assim executar um estudo da contribuição da renda no Município de Painei / SC.

1.2.2 Objetivo Específico

- a)** Avaliar qual o nível da renda dos trabalhadores rurais do município;
- b)** Avaliar a renda média desses dois segmentos de trabalhadores;
- c)** Definir qual a contribuição que a renda gera para o fortalecimento do Município de Painei.

1.2.3 Justificativa

A análise do nível de desenvolvimento de uma economia é ferramenta importante para a tomada de decisões por parte do poder público e privado em qualquer país do mundo mas isso se torna superficial pois se analisa os investimentos de uma maneira macro.

Daí a importância de se conhecer a situação em loco, ou seja, diretamente nos municípios, regionalizado os investimentos, levando-se sempre em conta a as especificidades de cada cidade, pois é impossível melhorar as condições de vida de uma população sem a conhecer

profundamente quais suas verdadeiras necessidades, e para tal ação se concretizar faz-se necessário um estudo de cunho científico para servir de base para novos estudos mais centralizados nos problemas por esta enfrentados, e esta é a principal objetivo deste estudo, se fundamentar nas teorias econômicas para assim aprofundar o conhecimento da população Painelense.

A importância deste estudo está no fato de que não há um estudo que identifique qual o nível da renda dos trabalhadores do Município de Painei, e qual a contribuição que esta traz para o mesmo como um todo, e principalmente qual a contribuição gerada para a própria população.

É sabido que a economia do município de Painei está baseada principalmente na pecuária, agricultura e comércio, então pretende-se que este estudo possa servir de base para a formação de políticas públicas por parte do poder executivo municipal e também servir de ferramenta para futuras análises da situação socioeconômica das famílias.

Estrutura do Trabalho

No capítulo 1 foi abordado a introdução do estudo, seus objetivos e a sua justificativa e para assim dar uma ideia geral do corpo do trabalho.

No capítulo 2 foi abordado os seguintes conceitos e teorias: Desenvolvimento econômico, Crescimento Econômico, Teoria do Emprego, Teoria do Desemprego e suas divisões, A Teoria da Renda, A Curva de Kuznets.

No capítulo 3 foram abordados temas como o Desenvolvimento Regional, Histórico do Município de Painei, A Caracterização Geográfica do Município de Painei, Situação Econômica do Município de Painei e a Pesquisa de Campo desenvolvia afim de fornecer um diagnóstico das

condições de desenvolvimento da economia local e das condições de desenvolvimento social das famílias do município. No capítulo 4 foi abordado a pesquisa de campo com a tabulação dos dados encontrados através dela, O comparativo dos Dados, Contribuição da Renda para o Município e para as Famílias e por fim as Considerações finais.

2 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Desenvolvimento econômico é o processo pelo qual ocorre uma variação positiva das "variáveis qualitativas" (crescimento econômico: aumento da capacidade produtiva de uma economia medida por variáveis tais como produto interno bruto, produto nacional bruto), acompanhado de variações positivas das "variáveis qualitativas" (melhorias nos aspectos relacionados com a qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura e profundas mudanças da estrutura socioeconômica de uma região e/ou país, medidas por indicadores sociais como o índice de desenvolvimento humano, o índice de pobreza humana e o Coeficiente de Gini).

Para SANDRONI (2001) “Crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da produção e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia”.

Já para CAPORALI (1997):

O conceito de desenvolvimento econômico começou a ser utilizado a partir do final da 2ª Guerra Mundial, num contexto de formação de instituições mundiais de harmonização de interesses e de práticas econômicas, bem como de uma teoria que depositava na ação regulatória do Estado a possibilidade de manutenção de taxas de crescimento mais elevadas. Esta ideologia era considerada altamente otimista pois previa um crescimento econômico indefinido, e haveria também um alto índice de utilização de capital e de recursos naturais, e estas teorias fundamentaram todas as políticas de desenvolvimento econômico das principais instituições de fomento a nível mundial, como o Banco Mundial (BIRD).

A teoria Keynesiana fundamentou toda a base ideológica dos seguidores do desenvolvimentismo. CAPAROLI (1997), diz que sua principal peculiaridade deriva do contexto que foi forjado: a crise econômica dos anos 30, quando o principal problema enfrentado era a falta de recursos, tanto no que se refere a mão-de-obra, quando ao capital de investimento.

O desafio, conseqüentemente era o de maximizar o uso de mão-de-obra e de capital. Ao analisarmos estas teorias hoje, pode-se pensar que elas parecem absurdas, pois pregão a utilização intensiva de matérias primas na sua maioria recursos naturais, mas para a época isso parecia sim a melhor saída, já que os recursos naturais ainda eram fartos, o mundo passara por uma grande crise e era hora de se pensar em apenas uma coisa DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.

2.1.1 - Crescimento Econômico

A partir da década de 40 vários formuladores do pensamento econômico focaram seus estudos para a teoria Macroeconômica, formulando teorias sobre o crescimento econômico.

Entre estes vários autores que contribuíram para essas teorias CLEMENTE e HIGACHI (2000) destacam pelo pioneirismo e pela grande abrangência de suas ideias, as de DOMAR que embora seja semelhante as demais teorias, foram desenvolvidas independentemente.

O macro-modelo de DOMAR está centrado na hipótese Keynesiana do papel fundamental do investimento na determinação do comportamento dinâmico da economia. Nesse modelo, o investimento apresenta um duplo efeito: sobre a demanda agregada, na proporção do multiplicador Keynesiano, e sobre a capacidade produtiva, na proporção da razão produto – capital (CLEMENTE e HIGACHI, 2000, p.132).

CLEMENTE e HIGACHI (2000) apresentam o modelo de Domar da seguinte forma:

a) O montante de poupança realizada em qualquer período é a parcela constante da renda:

$$S_t = s.Y_t$$

b) O nível de renda é influenciado apenas pelo investimento e, portanto, a taxa de variação da renda (em relação ao tempo) é um múltiplo da variação observada no nível de investimento:

$$\dot{Y} = 1/S.I$$

Os pontos significam a variação de taxas em relação ao tempo.

c) A capacidade produtiva, P , representa o produto potencial obtenível e é função do estoque de capital da economia K :

$$P_t = p.K_t$$

d) A condição de equilíbrio do modelo é a plena utilização da capacidade produtiva instalada.

Outros modelos de crescimento econômico incluem além do investimento o crescimento da força de trabalho e o consumo, no entanto nenhum deles apresentam relações próxima com a economia regional, que enfatiza de modo especial o comércio e a interdependência regional. Pelo contrário, as variáveis fundamentais desses modelos de investimento, força de trabalho e consumo agregado, seriam determinadas pela dinâmica própria da economia, internamente, não sendo influenciadas diretamente pelo exterior (Arruda, 2002).

De qualquer forma estes modelos clássicos de crescimento econômico podem ser úteis no que se refere a economia de uma certa região específica, basta apenas regionalizar estes conceitos aplicando-os de acordo com as especificidades de cada local ou região. Além disso, com base na teoria macroeconômica regional, pode-se afirmar que os fluxos de exportação devem ter peso maior do que fluxos de importação e com base no modelo de Insumo – Produto, que os fluxos de produtos intermediários devem ter peso maior do que os produtos finais. Então admitindo-se que exista equilíbrio no balanço de comércio, a utilização dos modelos clássicos de crescimento econômico seria tanto mais adequada, quanto menor este balanço em comparação com o PIB regional, e quanto mais as exportações de produtos intermediários sobrepujarem suas

importações ou seja, quanto mais as importações de bens finais forem superiores às exportações desses mesmos bens (CLEMENTE e HIGACHI, 2000, p.134).

2.1.2 Emprego

Emprego é a relação, estável, e mais ou menos duradoura, que existe entre quem organiza o trabalho e quem realiza o trabalho. É uma espécie de contrato no qual o possuidor dos meios de produção paga pelo trabalho de outros, que não são possuidores do capital necessário para o sistema produtivo.

Para entender a teoria do emprego na análise keynesiana deve-se começar pela análise do mercado de trabalho, mais especificamente, pelas críticas feitas por Keynes ao pressuposto clássico de que a oferta de trabalho estaria associada ao nível do salário real. Em outras palavras, o autor nega a condição de equilíbrio proposta pelos clássicos de que o salário real deve ser igual a desutilidade marginal do trabalho, uma vez que nada garante que essa condição seja atendida.

Segundo Keynes (1982, p. 38); “O volume de emprego fica determinado pelo ponto de interseção da função de procura global e da função de oferta global, pois é neste ponto que as previsões de lucro dos empresários serão maximizadas”. Esse ponto passa a depender, portanto, a eficiência marginal do capital, a propensão a consumir e a preferência pela liquidez.

Keynes apresenta uma série de possíveis efeitos de uma deflação de preços e salários sobre o sistema econômico. Segundo o autor, esses efeitos poderiam tornar instável a posição de equilíbrio com pleno emprego, de forma que a flexibilidade de preços e salários pode não garantir o retorno da economia a este ponto, caso a mesma tenha se afastado dele por algum motivo. Esses efeitos podem ser assim sintetizados (Oreiro, 1997):

i) Haveria uma redistribuição de renda e salários para os lucros, uma vez que a redução dos preços seria menor do que a dos salários. Supondo que a propensão a consumir a partir dos lucros é maior do que a dos salários, isso terá um efeito depressivo sobre a demanda agregada. Esse efeito pode ser chamado de *Keynes-Kalecki*;

ii) A deflação provocará uma redução da renda nominal, diminuindo a demanda nominal de moeda para fins transacionais, isso provocará uma redução da taxa de juros, o que estimulará o investimento. Esse é o conhecido efeito *Keynes*;

iii) A deflação pode aumentar o peso real das dívidas, podendo provocar uma onda de insolvências. Fora isso, um maior valor real para as dívidas reduzirá a propensão a consumir dos devedores. Se esta for maior do que a propensão a consumir dos credores, segue-se que este efeito será depressivo sobre a demanda agregada. Este é o efeito *Keynes-Fischer*; e,

iv) Caso se espere que a redução dos salários nominais será *once-for-all*, isto é, relativamente aos salários nominais no futuro, então isso será favorável ao investimento, uma vez que, para um mesmo estado de expectativas de longo prazo, a eficiência marginal do capital para os investimentos feitos hoje será maior dos que os investimentos realizados no futuro. Entretanto, se isso provocar uma expectativa de novas deflações, segue-se que se poderá obter maior taxa de retorno para os investimentos em capital fixo se os mesmos forem adiados. Nesse caso, a deflação é prejudicial aos investimentos a à demanda agregada. Trata-se do efeito *Keynes-Mundell-Tobin*.

2.1.3. Desemprego

São diversos os fatores do desemprego, um deles é o próprio aumento demográfico muito acelerado, que não é acompanhado pelo crescimento econômico (MAIA, 1993). O inchaço dos meios urbanos dos municípios, que se dá principalmente por causa do êxodo rural, e da migração

de pessoas que após saírem em busca de novas oportunidades em grandes centros retornam ainda mais pobres do que quando saíram hoje incham também as pequenas cidades, pois pela falta de qualificação estes acabam procurando os municípios de pequeno porte em busca de trabalho no meio rural.

O desemprego pode ser classificado de quatro maneiras segundo PASSOS e NOGAMI (1998, p.426). Então vê-se a seguir:

Desemprego Friccional:

Este tipo de desemprego é formado por pessoas que estão temporariamente desempregadas, ou seja, procurando emprego ou ainda mudando de um emprego para outro.

Para PASSOS e NOGAMI (1998, p.426), esse tipo de desemprego é tido como friccional por que há fricções no mercado geradas principalmente por:

- a) As informações referentes ao mercado de trabalho são imperfeitas;
- b) Mobilidade imperfeita da mão-de-obra;
- c) Da dificuldade que há no mercado para a criação de vagas de trabalho;

A uma grande dificuldade de comunicação entre os empregadores e mão-de-obra, ou seja, os empregadores abrem vagas de trabalho, mas não encontram funcionários com a qualificação necessária.

2) Desemprego Estrutural:

Este tipo de desemprego acontece por causa da falta ou problemas de estrutura na economia.

Para PASSOS e NOGAMI (1998, p.426):

O desemprego estrutural é composto por dois grupos principais. O primeiro é formado por empregados sem qualificações as exigidas pelo mercado de trabalho, e o segundo é formado por trabalhadores que possuem qualificação, mas estão desatualizados, ou seja, seus conhecimentos técnicos estão ultrapassados, falta a passar por reciclagens incorporando novas tecnologias.

3) Desemprego Involuntário:

O desemprego involuntário existe quando as pessoas procuram emprego e estão dispostas a trabalhar pelo salário vigente na economia, mas mesmo assim não encontram emprego. Isto ocorre devido a ciclos na economia, pois esta está operando a baixo do nível de pleno emprego.

4) Desemprego Sazonal:

Ocorre por causa da sazonalidade de alguns tipos de atividades econômicas, em que o nível de emprego diminui em determinados períodos do ano. Este fenômeno ocorre normalmente em segmentos da economia que trabalham em ciclos, um grande exemplo de segmento que atua assim é a agricultura, já que está no período de safra por exemplo aumenta muito o número de empregos gerados, assim que esta acaba o número é reduzido drasticamente.

2.1.4 Renda.

A formação da renda pode ser definida de várias maneiras, para SANDRONE (2001, p.520) pode-se definir a renda como um fluxo de unidade monetária por unidade de tempo.

Por muito tempo, a maior parte do esforço de teorizar a distribuição funcional da renda esteve voltada apenas para o que se conhece como distribuição funcional da renda, que segundo SANDRONI (2001, p.179) “Se refere à repartição do produto global entre os vários agrupamentos sociais”. Esta teoria foi desenvolvida por David Ricardo e Marx, recentemente está sendo substituída por novas teorias, que focam agora principalmente a renda individual independentemente de qual é a origem desta renda.

Existe, é claro, uma forte inter-relação entre a distribuição funcional e a distribuição pessoal da renda. Entretanto, conhecer como a renda nacional se divide entre salários, lucros e alugueis está longe de ser suficiente para explicar a distribuição pessoal da renda. O fato de que alguns indivíduos são proprietários de mais de um fator de produção e elevada desigualdade de salários que caracteriza as sociedades atuais apenas ilustram a necessidade de se ir além do conhecimento das parcelas dos fatores na renda. (CAMARGO, 1991, p, 21)

O crescimento econômico e a distribuição da renda é uma questão muito complexa e tem tomado já a muito tempo as páginas das obras dos autores do pensamento econômico. Por isso faz-se necessário, para que se compreenda melhor esta relação analisar a curva de Kuznets.

2.1.5 A Curva de Kuznets.

Kuznets tenta explicar através de seu trabalho a relação entre a desigualdade econômica e o PNB, para isso o autor desenvolveu a relação conhecida como U invertido.

No processo de crescimento, os primeiros períodos são caracterizados pelo balanceamento de forças concorrentes que podem vir a ampliar a desigualdade na distribuição da renda, devido ao rápido crescimento do setor não-agrícola e a maior desigualdade dentro deste setor. É ainda mais plausível argumentar que a recente redução na desigualdade de rendimentos, observada em países desenvolvidos deveu-se a uma combinação, do declínio na participação das rendas de propriedade na renda total das famílias, e as mudanças institucionais que refletem nas decisões concernentes a assistência social e ao pleno emprego (BACHAN, 1978, p.81-82).

Kuznets observou que a diferença de produção e formação de renda nos países subdesenvolvidos é mais acentuada do que nos países industrializados;

BACHAN (1978, p.97) relaciona o índice de desigualdade de Kuznets, ou diferença estrutura total na produtividade ao PNB per capita e a percentagem de homens trabalhando na agricultura. Ela encontra relações claramente negativas entre a primeira variável e estes dois indicadores de nível de desenvolvimento.

BACHAN (1978, p.110) conclui seu estudo dizendo que:

Os revolucionários em potencial, interessados em servir aos interesses dos pobres, devem levar em conta os custos econômicos de revoluções passadas(...)pois uma fração considerável destes custos econômicos erradas seguidas por regimes revolucionários ingênuos do ponto – de – vista econômico. Com o renascimento de interesses nas questões distributivas, talvez os economistas se disponham a colaborar mais que no passado. Pois só através da imersão em processos de mudanças sociais aceleradas é que os economistas podem esperar diminuir os custos das transformações estruturais, e assim contestar na prática a proposição socialmente inaceitável da curva de Kuznets, de que os ricos têm que ficar mais ricos antes que os pobres possam ter esperança de melhores condições de vida.

Analisando estas afirmações por este ponto de vista, pode concluir que o processo de acabar com a desigualdade social é na verdade uma utopia, ou seja, uma tarefa difícil de ser alcançado pelo poder público, tanto de países ricos como de países em desenvolvimento, então a coisa certa a ser feita neste caso é focar todos os esforços para ao menos não deixar que esta desigualdade aumente.

3. Desenvolvimento regional

A partir da segunda Guerra Mundial se fortaleceu a ideia de desenvolvimento como um processo de transformação estrutural como objetivo de superar o atraso histórico em que se

encontrava os países e alcançar, no prazo mais curto possível, o nível de bem-estar dos países considerados desenvolvidos, é preciso sempre ter claro que o desenvolvimento de cada país depende de suas características próprias. (Sandroni,2001).

Já para CLEMENTE e HIGACHI (2000, p.130):

O indicador mais amplamente utilizado para representar o nível de uma região é a renda per capita; no entanto, as deficiências desse procedimento são evidentes, principalmente quando não se completa a análise com outros indicadores. Entre esses outros indicadores surge imediatamente a distribuição da renda, pois, sendo a renda per capita um valor médio, é muito desejável que haja também informações sobre a distribuição.

Para analisa o desenvolvimento de forma abrangente, seria necessário considerar seus vários aspectos, entre os quais cabe destacar o econômico, o social, o político e o cultural. Os vários aspectos econômicos e sociais são usualmente considerados em conjunto em virtude da grande dificuldade de separá-los de forma satisfatória, e podem ser analisadas como representando o nível de vida da população. Deve-se observar, entretanto que a renda per capita considerada em conjunto com a distribuição da renda permite inferir o comportamento de praticamente todos os outros indicadores do nível de vida. (ARRUDA, 2002).

Existe uma polemica em torno do conceito de desenvolvimento pós confunde-se ainda Desenvolvimento com Crescimento econômico. O crescimento econômico, conforme muitos autores referem-se ao crescimento da população e da renda, enquanto no desenvolvimento econômico à elevação do nível da qualidade de vida da população. Primeiro e necessário observar que em condições normais, a elevação do nível de renda da sociedade. Além disso, se a elevação da renda não for superior ao crescimento demográfico, toda a sociedade estará empobrecendo, e não seria adequado falar em desenvolvimento.

Existe também e cabe aqui ser ressaltado um outro conceito de desenvolvimento o desenvolvimento autossustentado. Os defensores dessa linha de pensamento afirmam que o desenvolvimento consiste em uma série de transformações da sociedade que se realizam em cadeia, de forma autossustentada. Isso quer dizer que o processo de desenvolvimento uma vez desencadeado, apresentaria uma sequência de fases, cada uma criando as condições necessárias para a fase subsequente. De acordo com esse conceito, seria impróprio empregar o termo desenvolvimento para situações em que os indicadores típicos de desenvolvimento não representam um processo duradouro de transformação da sociedade.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publica desde 1990 o Relatório de Desenvolvimento Humano. Esse relatório é baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera três fatores: longevidade, educação e renda per capita. Nessa abordagem, fica clara a dimensão econômica do desenvolvimento. (CLEMENTE e HIGACHI, 2000, p.131).

No que se refere especificadamente ao aspecto econômico do desenvolvimento regional, segundo o PNUD/ABC – Programa de Capacitação em Apoio a Projetos Associativistas de Promotores Rurais e Urbanos, Projeto Banco do Nordeste, conceituamos o Desenvolvimento Econômico Regional, como um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica, de reconstrução do tecido social, de geração de oportunidades de trabalho e renda. Busca assim estimular e apoiar processos de organização sócio empresariais urbanos e rurais e sua vinculação a cadeias produtivas. Ainda, objetiva fortalecer os empreendimentos empresariais associativos e de microempresários para que gerem empregos sustentáveis.

A partir do enfoque dado pelo projeto banco do nordeste ao desenvolvimento econômico regional, a afirmação de FERREIRA (1994, p.242) quando define o empreendedor como um cidadão capaz de produzir desenvolvimento, investidor em produção, gerador de empregos e riqueza, traduz a nossa preocupação em termos empreendedores a frente de todas as empresas de nossa região, uma vez que Paineira e a região do planalto serrano catarinense de modo geral depende do sucesso destes empresários para alcançar o Desenvolvimento Regional. Esta inserção de uma nova dinâmica de integração socioeconômica que o conceito do PNUD/ABC se refere, é justamente das características empreendedoras que trarão o empresário para esta realidade que estamos falando. (ARRUDA, 2002).

O desenvolvimento regional de alguns municípios ou regiões implica na maioria das vezes no fator localização, já que muitas quando não à vantagens de localização dificilmente uma empresa abrirá uma nova sucursal. Para melhor compreensão deste importante fator de desenvolvimento regional cabe analisar o caso de maneira mais aprofundada.

3.1 Fator Localizacional

ALVES, 2002, faz uma abordagem sobre este tema estudando o quanto pesa a questão localização para as empresas, e neste estudo ele afirma que com relação ao problema da localização industrial, as formas de organização em redes reforçam o papel dos avanços tecnológicos, particularmente na área da informação, ao possibilitar às empresas uma maior liberdade para realizar suas escolhas locais. Todavia, se por um lado a dispersão é viabilizada, por outro, um certo tipo de dependência locacional acaba emergindo, estando relacionada com o conhecimento e aprendizado técnico-científico. Sob esse aspecto, a tecnologia reforça a concentração, formando verdadeiros aglomerados industriais próximos aos centros de geração de conhecimento (instituições de pesquisa e desenvolvimento, universidades, etc.). Uma razão que justifica esse movimento diz respeito aos ganhos obtidos com economias de escopo de caráter tecnológico, gerando uma especialização das atividades, bem como a redução dos custos

de aprendizado. O resultado é o surgimento de aglomerados industriais em regiões próximas a esses centros. Sob esse aspecto, a tecnologia joga a favor da concentração locacional.

No entanto, análises elaboradas pelo IPEA (1990) sobre tal tema, afirmam que a relação entre mudanças tecnológicas e seus efeitos sobre a dinâmica regional no Brasil deve ser analisada com base em três aspectos: atividades industriais de alta tecnologia, integração agricultura-indústria e incorporação produtiva de novos recursos naturais.

Dessa forma, ao se observar o processo de desconcentração industrial brasileiro ocorrido a partir dos anos 1970, verifica-se que esse se deu dentro do mesmo padrão industrial vigente desde a década de 50. Ou seja, a grande expansão industrial da última década se deu em setores pesados e tradicionais (aço, fertilizantes, metalurgia dos não-ferrosos, petroquímica, bens de capital, entre outros). Desse modo, a linha de orientação, conjugada com as necessidades de se aproveitar os recursos naturais e as exigências técnicas de localização próxima às fontes de matérias-primas, bem como as políticas de incentivos estaduais e regionais e dos projetos estatais (com decisão locacional “política”), permitiu uma desconcentração geográfica dos investimentos industriais e, conseqüentemente, da produção. No entanto, convém colocar que as transformações tecnológicas em curso no âmbito mundial e suas repercussões na indústria brasileira certamente terão efeitos sobre o padrão locacional, uma vez que a emergência de setores como a informática, a biotecnologia, os novos materiais, a química fina e a mecânica de precisão, é de base técnica leve e sua localização, supostamente, exige condições locais diferentes da indústria pesada ou tradicional.

Para KON (1994), outras implicações das transformações estruturais resultantes do progresso tecnológico, no que se refere à espacialidade de seus impactos e observando-se os ajustes internamente a cada espaço diferenciado de uma nação, dizem respeito ao ritmo em que se verificam os ajustamentos da mão-de-obra ao progresso de aceleração da especialização, tendo em vista as especialidades de sua força de trabalho. Essas condições estão associadas à tipicidade da estrutura ocupacional vigente naquele momento e à capacidade da obtenção de maior

qualificação a curto prazo dos trabalhadores, o que irá repercutir na escolha da tecnologia a ser implantada em cada região pelos produtores.

Paralelamente a estas implicações relacionadas à mão-de-obra, os processos de inovação tecnológica dependem da possibilidade de cada região ter condições de uma demanda potencial (interna ou externa) suficiente para o aumento da produção resultante, ou da capacidade daquela inovação induzir uma demanda pela nova produção. Por outro lado, estão sujeitos também à disponibilidade de poupanças internas ou externas à região, suficientes para financiar novos investimentos; isto por sua vez, implica a expectativa positiva de retornos vantajosos a estes investimentos de capital, que podem esbarrar nas condições de desvantagens relativas de determinados espaços econômicos. A par disso, é suposta uma dotação satisfatória de capital, específica para investimentos públicos em infraestrutura que favoreça o processo de investimentos e de inovações naquele espaço.

Pelo lado da demanda, estão os efeitos exercidos pelo estágio do desenvolvimento das demais atividades ou setores, que tenham condições de absorver os novos produtos gerados pelos setores de ponta e, ao mesmo tempo, reestimular sua expansão. Assim, é necessária uma combinação de capital privado e público e de uma oferta de mão-de-obra com qualificações específicas como condição para a criação de mudanças tecnológicas consideráveis em uma região. Essas mudanças podem ser consideradas como fatores propulsores do processo de desenvolvimento econômico regional e se manifestam primordialmente por meio do fenômeno de polarização. O espaço polarizado, ao propiciar vantagens na escala de produção, elos intersetoriais (linkages) e a possibilidade de maior grau de inovação tecnológica, molda as condições necessárias para uma rápida difusão dos impulsos de crescimento dos setores propulsores para outros setores (KON, 1994).

3.1.2 Transformações do Espaço

Sobre as transformações recentes no espaço, SANTOS (1991) destaca que há emergência de um novo espaço e de uma nova rede urbana. Nas fases mais recentes, constata-se, em primeiro lugar, a luta pela formação de um mercado único, através da integração territorial. Um novo momento, o atual, conhece um ajustamento à crise desse mercado, que é um mercado único e segmentado; único e diferenciado; um mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras que comandam o território com apoio do Estado. Não é demais lembrar que, ainda aqui, mercado e território são sinônimos. Um não se entende sem o outro.

Ao analisarmos o estudo de ALVES, 2002, pode-se ter uma ideia da dificuldade enfrentada pelos municípios que não se enquadram nestes perfis, para atraírem empresas de grande porte, gerando assim mais trabalho e desenvolvimento social.

Para CLEMENTE (1994), a urbanização desordenada e a falta de emprego nas cidades, constituindo o denominado inchaço urbano, em que predominam subemprego e pobreza, colocam o desenvolvimento industrial virtualmente como a única possibilidade de criação direta e indireta de postos de trabalho em número minimamente adequado.

Diante dessa situação, é perfeitamente compreensível o esforço que os governos estaduais e municipais fazem no sentido de atrair investimentos industriais. É preciso considerar, entretanto, que a maioria desses esforços não propicia os resultados esperados, possivelmente porque são conduzidos sob hipóteses enganosas acerca da escolha locacional por parte das empresas industriais.

Com base numa ‘suposta’ relação entre tamanho do município e escolha locacional, MANZAGOL (1985) faz algumas questões e propõe um esboço de uma teoria da localização industrial:

3 1. INTRODUÇÃO

Com o intuito de desenvolver o tema: “As relações de trabalho e emprego: estudo da contribuição da renda no Município de Pánel / SC”, a presente monografia busca levantar através de pesquisa efetuada, informações que apontem como se encontra o quadro sócio econômico das famílias do Município, para que assim possa se identificar a renda média dos trabalhadores rurais e empregados de outros setores da economia local. Desta forma será possível identificar qual a contribuição que a renda destes trabalhadores gera para as próprias pessoas e também para o município como um todo.

O presente estudo busca, a obtenção de um diagnóstico da atual situação socioeconômica das famílias Painelenses, e para que se chegue a este objetivo ser necessário a realização de uma pesquisa de campo, aplicando um formulário que servira para se ter ideia da situação econômica das famílias de diferentes níveis sociais

Após a realização desta pesquisa será analisado o qual o nível da renda dos trabalhadores de diferentes ramos da economia local, ou seja, poderá se saber qual a renda média dos trabalhadores rurais e qual a contribuição que esta renda gera para a família dos trabalhadores.

Será analisada também a renda média dos trabalhadores de outros setores que não os da área rural, como o comércio e o serviço público pois de antemão se é sabido que estes setores são os que mais geram empregos e renda depois da agricultura e pecuária. Depois de se obter estas informações poderá se chegar ao objetivo principal da pesquisa que o de se fazer uma comparação da renda dos trabalhadores dos diferentes segmentos da economia do município, e por fim descobrir qual a importância desta renda para as famílias dos trabalhadores e também a importância desta renda para a economia do município como um todo.

Após desenvolver a pesquisa de campo espera-se seja possível atingir os objetivos principais deste estudo, que se fundamenta principalmente na idéia de não fechar uma pesquisa, mas sim deixa-la em aberto abordando vários pontos diferentes, para que posteriormente possam ser melhor estudados de maneira individual.

1.2 Objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Este estudo busca identificar e compreender as relações de trabalho e emprego e assim executar um estudo da contribuição da renda no Município de Paineira / SC.

1.2.2 Objetivo Específico

- a)** Avaliar qual o nível da renda dos trabalhadores rurais do município;
- b)** Avaliar a renda média desses dois segmentos de trabalhadores;
- c)** Definir qual a contribuição que a renda gera para o fortalecimento do Município de Paineira.

1.2.3 Justificativa

A análise do nível de desenvolvimento de uma economia é ferramenta importante para a tomada de decisões por parte do poder público e privado em qualquer país do mundo mas isso se torna superficial pois se analisa os investimentos de uma maneira macro.

Daí a importância de se conhecer a situação em loco, ou seja, diretamente nos municípios, regionalizado os investimentos, levando-se sempre em conta a as especificidades de cada cidade, pois é impossível melhorar as condições de vida de uma população sem a conhecer profundamente quais suas verdadeiras necessidades, e para tal ação se concretizar faz-se necessário um estudo de cunho científico para servir de base para novos estudos mais

centralizados nos problemas por esta enfrentados, e esta é a principal objetivo deste estudo, se fundamentar nas teorias econômicas para assim aprofundar o conhecimento da população Painelense.

A importância deste estudo está no fato de que não há um estudo que identifique qual o nível da renda dos trabalhadores do Município de Painei, e qual a contribuição que esta traz para o mesmo como um todo, e principalmente qual a contribuição gerada para a própria população.

É sabido que a economia do município de Painei está baseada principalmente na pecuária, agricultura e comércio, então pretende-se que este estudo possa servir de base para a formação de políticas públicas por parte do poder executivo municipal e também servir de ferramenta para futuras análises da situação socioeconômica das famílias.

Estrutura do Trabalho

No capítulo 1 foi abordado a introdução do estudo, seus objetivos e a sua justificativa e para assim dar uma ideia geral do corpo do trabalho.

No capítulo 2 foi abordado os seguintes conceitos e teorias: Desenvolvimento econômico, Crescimento Econômico, Teoria do Emprego, Teoria do Desemprego e suas divisões, A Teoria da Renda, A Curva de Kuznets.

No capítulo 3 foram abordados temas como o Desenvolvimento Regional, Histórico do Município de Painei, A Caracterização Geográfica do Município de Painei, Situação Econômica do Município de Painei e a Pesquisa de Campo desenvolvia afim de fornecer um diagnóstico das condições de desenvolvimento da economia local e das condições de desenvolvimento social das famílias do município.

No capítulo 4 foi abordado a pesquisa de campo com a tabulação dos dados encontrados através dela, O comparativo dos Dados, Contribuição da Renda para o Município e para as Famílias e por fim as Considerações finais.

4 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Desenvolvimento econômico é o processo pelo qual ocorre uma variação positiva das "variáveis qualitativas" (crescimento econômico: aumento da capacidade produtiva de uma economia medida por variáveis tais como produto interno bruto, produto nacional bruto), acompanhado de variações positivas das "variáveis qualitativas" (melhorias nos aspectos relacionados com a qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura e profundas mudanças da estrutura socioeconômica de uma região e/ou país, medidas por indicadores sociais como o índice de desenvolvimento humano, o índice de pobreza humana e o Coeficiente de Gini).

Para SANDRONI (2001) “Crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da produção e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia”.

Já para CAPORALI (1997):

O conceito de desenvolvimento econômico começou a ser utilizado a partir do final da 2ª Guerra Mundial, num contexto de formação de instituições mundiais de harmonização de interesses e de práticas econômicas, bem como de uma teoria que depositava na ação regulatória do Estado a possibilidade de manutenção de taxas de crescimento mais elevadas. Esta ideologia era considerada altamente otimista pois previa um crescimento econômico indefinido, e haveria também um alto índice de utilização de capital e de recursos naturais, e estas teorias fundamentaram todas as políticas de desenvolvimento econômico das principais instituições de fomento a nível mundial, como o Banco Mundial (BIRD).

A teoria Keynesiana fundamentou toda a base ideológica dos seguidores do desenvolvimentismo. CAPAROLI (1997), diz que sua principal peculiaridade deriva do contexto em que foi forjado: a crise econômica dos anos 30, quando o principal problema enfrentado era a falta de recursos, tanto no que se refere a mão-de-obra, quando ao capital de investimento. O desafio, conseqüentemente era o de maximizar o uso de mão-de-obra e de capital. Ao analisarmos estas teorias hoje, pode-se pensar que elas parecem absurdas, pois pregão a utilização intensiva de matérias primas na sua maioria recursos naturais, mas para a época isso parecia sim a melhor saída, já que os recursos naturais ainda eram fartos, o mundo passara por uma grande crise e era hora de se pensar em apenas uma coisa DESENVOLVIMENTO ECONOMICO.

2.1.1 - Crescimento Econômico

A partir da década de 40 vários formuladores do pensamento econômico focaram seus estudos para a teoria Macroeconômica, formulando teorias sobre o crescimento econômico.

Entre estes vários autores que contribuíram para essas teorias CLEMENTE e HIGACHI (2000) destacam pelo pioneirismo e pela grande abrangência de suas ideias, as de DOMAR que embora seja semelhante as demais teorias, foram desenvolvidas independentemente.

O macro-modelo de DOMAR está centrado na hipótese Keynesiana do papel fundamental do investimento na determinação do comportamento dinâmico da economia. Nesse modelo, o investimento apresenta um duplo efeito: sobre a demanda agregada, na proporção do multiplicador Keynesiano, e sobre a capacidade produtiva, na proporção da razão produto – capital (CLEMENTE e HIGACHI, 2000, p.132).

CLEMENTE e HIGACHI (2000) apresentam o modelo de Domar da seguinte forma:

a) O montante de poupança realizada em qualquer período é a parcela constante da renda:

$$S_t = s \cdot Y_t$$

b) O nível de renda é influenciado apenas pelo investimento e, portanto, a taxa de variação da renda (em relação ao tempo) é um múltiplo da variação observada no nível de investimento:

$$\dot{Y} = 1/S \cdot I$$

Os pontos significam a variação de taxas em relação ao tempo.

c) A capacidade produtiva, P , representa o produto potencial obtível e é função do estoque de capital da economia K :

$$P_t = p \cdot K_t$$

d) A condição de equilíbrio do modelo é a plena utilização da capacidade produtiva instalada.

Outros modelos de crescimento econômico incluem além do investimento o crescimento da força de trabalho e o consumo, no entanto nenhum deles apresentam relações próximas com a economia regional, que enfatiza de modo especial o comércio e a interdependência regional. Pelo contrário, as variáveis fundamentais desses modelos de investimento, força de trabalho e consumo agregado, seriam determinadas pela dinâmica própria da economia, internamente, não sendo influenciadas diretamente pelo exterior (Arruda, 2002).

De qualquer forma estes modelos clássicos de crescimento econômico podem ser úteis no que se refere a economia de uma certa região específica, basta apenas regionalizar estes conceitos aplicando-os de acordo com as especificidades de cada local ou região. Além disso, com base na teoria macroeconômica regional, pode-se afirmar que os fluxos de exportação devem ter peso maior do que fluxos de importação e com base no modelo de Insumo – Produto, que os fluxos de produtos intermediários devem ter peso maior do que os produtos finais. Então admitindo-se que exista equilíbrio no balanço de comércio, a utilização dos modelos clássicos de crescimento

econômico seria tanto mais adequada, quanto menor este balanço em comparação com o PIB regional, e quanto mais as exportações de produtos intermediários sobrepujarem suas importações ou seja, quanto mais as importações de bens finais forem superiores às exportações desses mesmos bens (CLEMENTE e HIGACHI, 2000, p.134).

2.1.2 Emprego

Emprego é a relação, estável, e mais ou menos duradoura, que existe entre quem organiza o trabalho e quem realiza o trabalho. É uma espécie de contrato no qual o possuidor dos meios de produção paga pelo trabalho de outros, que não são possuidores do capital necessário para o sistema produtivo.

Para entender a teoria do emprego na análise keynesiana deve-se começar pela análise do mercado de trabalho, mais especificamente, pelas críticas feitas por Keynes ao pressuposto clássico de que a oferta de trabalho estaria associada ao nível do salário real. Em outras palavras, o autor nega a condição de equilíbrio proposta pelos clássicos de que o salário real deve ser igual a desutilidade marginal do trabalho, uma vez que nada garante que essa condição seja atendida.

Segundo Keynes (1982, p. 38) “o volume de emprego fica determinado pelo ponto de interseção da função de procura global e da função de oferta global, pois é neste ponto que as previsões de lucro dos empresários serão maximizadas”. Esse ponto passa a depender, portanto, a eficiência marginal do capital, a propensão a consumir e a preferência pela liquidez. Keynes apresenta uma série de possíveis efeitos de uma deflação de preços e salários sobre o sistema econômico. Segundo o autor, esses efeitos poderiam tornar instável a posição de equilíbrio com pleno emprego, de forma que a flexibilidade de preços e salários pode não garantir o retorno da economia a este ponto, caso a mesma tenha se afastado dele por algum motivo. Esses efeitos podem ser assim sintetizados (Oreiro, 1997):

i) Haveria uma redistribuição de renda e salários para os lucros, uma vez que a redução dos preços seria menor do que a dos salários. Supondo que a propensão a consumir a partir dos lucros é maior do que a dos salários, isso terá um efeito depressivo sobre a demanda agregada. Esse efeito pode ser chamado de *Keynes-Kalecki*;

ii) A deflação provocará uma redução da renda nominal, diminuindo a demanda nominal de moeda para fins transacionais, isso provocará uma redução da taxa de juros, o que estimulará o investimento. Esse é o conhecido efeito *Keynes*;

iii) A deflação pode aumentar o peso real das dívidas, podendo provocar uma onda de insolvências. Fora isso, um maior valor real para as dívidas reduzirá a propensão a consumir dos devedores. Se esta for maior do que a propensão a consumir dos credores, segue-se que este efeito será depressivo sobre a demanda agregada. Este é o efeito *Keynes-Fischer*; e,

iv) Caso se espere que a redução dos salários nominais será *once-for-all*, isto é, relativamente aos salários nominais no futuro, então isso será favorável ao investimento, uma vez que, para um mesmo estado de expectativas de longo prazo, a eficiência marginal do capital para os investimentos feitos hoje será maior dos que os investimentos realizados no futuro. Entretanto, se isso provocar uma expectativa de novas deflações, segue-se que se poderá obter maior taxa de retorno para os investimentos em capital fixo se os mesmos forem adiados. Nesse caso, a deflação é prejudicial aos investimentos a à demanda agregada. Trata-se do efeito *Keynes-Mundell-Tobin*.

2.1.3. Desemprego

São diversos os fatores do desemprego, um deles é o próprio aumento demográfico muito acelerado, que não é acompanhado pelo crescimento econômico (MAIA, 1993). O inchaço dos meios urbanos dos municípios, que se dá principalmente por causa do êxodo rural, e da migração

de pessoas que após saírem em busca de novas oportunidades em grandes centros retornam ainda mais pobres do que quando saíram hoje incham também as pequenas cidades, pois pela falta de qualificação estes acabam procurando os municípios de pequeno porte em busca de trabalho no meio rural.

O desemprego pode ser classificado de quatro maneiras segundo PASSOS e NOGAMI (1998, p.426). Então vê-se a seguir:

1) Desemprego Friccional

Este tipo de desemprego é formado por pessoas que estão temporariamente desempregadas, ou seja, procurando emprego ou ainda mudando de um emprego para outro.

Para PASSOS e NOGAMI (1998, p.426), esse tipo de desemprego é tido como friccional por que há fricções no mercado geradas principalmente por:

- a) As informações referentes ao mercado de trabalho são imperfeitas;
- b) Mobilidade imperfeita da mão-de-obra;
- c) Da dificuldade que há no mercado para a criação de vagas de trabalho;

A uma grande dificuldade de comunicação entre os empregadores e mão-de-obra, ou seja, os empregadores abrem vagas de trabalho, mas não encontram funcionários com a qualificação necessária.

2) Desemprego Estrutural

Este tipo de desemprego acontece por causa da falta ou problemas de estrutura na economia.

Para PASSOS e NOGAMI (1998, p.426), o desemprego estrutural é composto por dois grupos principais. O primeiro é formado por empregados sem qualificações as exigidas pelo mercado de trabalho, e o segundo é formado por trabalhadores que possuem qualificação, mas estão desatualizados, ou seja, seus conhecimentos técnicos estão ultrapassados, falta a passar por reciclagens incorporando novas tecnologias.

3) Desemprego Involuntário

O desemprego involuntário existe quando as pessoas procuram emprego e estão dispostas a trabalhar pelo salário vigente na economia, mas mesmo assim não encontram emprego. Isto ocorre devido a ciclos na economia, pois esta está operando a baixo do nível de pleno emprego.

4) Desemprego Sazonal

Ocorre por causa da sazonalidade de alguns tipos de atividades econômicas, em que o nível de emprego diminui em determinados períodos do ano. Este fenômeno ocorre normalmente em segmentos da economia que trabalham em ciclos, um grande exemplo de segmento que atua assim é a agricultura, já que está no período de safra por exemplo aumenta muito o número de empregos gerados, assim que esta acaba o número é reduzido drasticamente.

2.1.4 Renda.

A formação da renda pode ser definida de várias maneiras, para SANDRONE (2001, p.520) pode-se definir a renda como um fluxo de unidade monetária por unidade de tempo.

Por muito tempo, a maior parte do esforço de teorizar a distribuição funcional da renda esteve voltada apenas para o que se conhece como distribuição funcional da renda, que segundo SANDRONI (2001, p.179) “Se refere à repartição do produto global entre os vários agrupamentos sociais”. Esta teoria foi desenvolvida por David Ricardo e Marx, recentemente está

sendo substituída por novas teorias, que focam agora principalmente a renda individual independentemente de qual é a origem desta renda.

Existe, é claro, uma forte inter-relação entre a distribuição funcional e a distribuição pessoal da renda. Entretanto, conhecer como a renda nacional se divide entre salários, lucros e alugueis está longe de ser suficiente para explicar a distribuição pessoal da renda. O fato de que alguns indivíduos são proprietários de mais de um fator de produção e elevada desigualdade de salários que caracteriza as sociedades atuais apenas ilustram a necessidade de se ir além do conhecimento das parcelas dos fatores na renda. (CAMARGO, 1991, p, 21)

O crescimento econômico e a distribuição da renda é uma questão muito complexa e tem tomado já a muito tempo as páginas das obras dos autores do pensamento econômico. Por isso faz-se necessário, para que se compreenda melhor esta relação analisar a curva de Kuznets.

2.1.5 A Curva de Kuznets.

Kuznets tenta explicar através de seu trabalho a relação entre a desigualdade econômica e o PNB, para isso o autor desenvolveu a relação conhecida como U invertido.

No processo de crescimento, os primeiros períodos são caracterizados pelo balanceamento de forças concorrentes que podem vir a ampliar a desigualdade na distribuição da renda, devido ao rápido crescimento do setor não-agrícola e a maior desigualdade dentro deste setor. É ainda mais plausível argumentar que a recente redução na desigualdade de rendimentos, observada em países desenvolvidos deveu-se a uma combinação, do declínio na participação das rendas de propriedade na renda total das famílias, e as mudanças institucionais que refletem nas decisões concernentes a assistência social e ao pleno emprego (BACHAN, 1978, p.81-82).

Kuznets observou que a diferença de produção e formação de renda nos países subdesenvolvidos é mais acentuada do que nos países industrializados;

BACHAN (1978, p.97) relaciona o índice de desigualdade de Kuznets, ou diferença estrutura total na produtividade ao PNB per capita e á percentagem de homens trabalhando na agricultura. Ela encontra relações claramente negativas entre a primeira variável e estes dois indicadores de nível de desenvolvimento.

BACHAN (1978, p.110) conclui seu estudo dizendo que:

Os revolucionários em potencial, interessados em servir aos interesses dos pobres, devem levar em conta os custos econômicos de revoluções passadas(...)pois uma fração considerável destes custos econômicos erradas seguidas por regimes revolucionários ingênuos do ponto – de – vista econômico. Com o renascimento de interesses nas questões distributivas, talvez os economistas se disponham a colaborar mais que no passado. Pois só através da imersão em processos de mudanças sociais aceleradas é que os economistas podem esperar diminuir os custos das transformações estruturais, e assim contestar na pratica a proposição socialmente inaceitável da curva de Kuznets, de que os ricos têm que ficar mais ricos antes que os pobres possam ter esperança de melhores condições de vida.

Analisando estas afirmações por este ponto de vista, pode concluir que o processo de acabar com a desigualdade social é na verdade uma utopia, ou seja, uma tarefa difícil de ser alcançado pelo poder público, tanto de países ricos como de países em desenvolvimento, então a coisa certa a ser feita neste caso e focar todos os esforços para ao menos não deixar que esta desigualdade aumente.

3. Desenvolvimento regional.

A partir da segunda Guerra Mundial se fortaleceu a ideia de desenvolvimento como um processo de transformação estrutural como objetivo de superar o atraso histórico em que se encontrava os países e alcançar, no prazo mais curto possível, o nível de bem-estar dos países considerados desenvolvidos, é preciso sempre ter claro que o desenvolvimento de cada país depende de suas características próprias. (Sandroni,2001).

Já para CLEMENTE e HIGACHI (2000, p.130) o indicador mais amplamente utilizado para representar o nível de uma região é a renda per capita; no entanto, as deficiências desse procedimento são evidentes, principalmente quando não se completa a análise com outros indicadores. Entre esses outros indicadores surge imediatamente a distribuição da renda, pois, sendo a renda per capita um valor médio, é muito desejável que haja também informações sobre a distribuição.

Para analisa o desenvolvimento de forma abrangente, seria necessário considerar seus vários aspectos, entre os quais cabe destacar o econômico, o social, o político e o cultural. Os vários aspectos econômicos e sociais são usualmente considerados em conjunto em virtude da grande dificuldade de separá-los de forma satisfatória, e podem ser analisadas como representando o nível de vida da população. Deve-se observar, entretanto que a renda per capita considerada em conjunto com a distribuição da renda permite inferir o comportamento de praticamente todos os outros indicadores do nível de vida. (ARRUDA, 2002).

Existe uma polemica em torno do conceito de desenvolvimento pós confunde-se ainda Desenvolvimento com Crescimento econômico. O crescimento econômico, conforme muitos autores referem-se ao crescimento da população e da renda, enquanto no desenvolvimento econômico à elevação do nível da qualidade de vida da população. Primeiro e necessário observar que em condições normais, a elevação do nível de renda da sociedade. Além disso, se a elevação da renda não for superior ao crescimento demográfico, toda a sociedade estará empobrecendo, e não seria adequado falar em desenvolvimento.

Existe também e cabe aqui ser ressaltado um outro conceito de desenvolvimento o desenvolvimento autossustentado. Os defensores dessa linha de pensamento afirmam que o desenvolvimento consiste em uma série de transformações da sociedade que se realizam em cadeia, de forma autossustentada. Isso quer dizer que o processo de desenvolvimento uma vez desencadeado, apresentaria uma sequência de fases, cada uma criando as condições necessárias para a fase subsequente. De acordo com esse conceito, seria impróprio empregar o termo desenvolvimento para situações em que os indicadores típicos de desenvolvimento não representam um processo duradouro de transformação da sociedade.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publica desde 1990 o Relatório de Desenvolvimento Humano. Esse relatório é baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera três fatores: longevidade, educação e renda per capita. Nessa abordagem, fica clara a dimensão econômica do desenvolvimento. (CLEMENTE e HIGACHI, 2000, p.131).

No que se refere especificadamente ao aspecto econômico do desenvolvimento regional, segundo o PNUD/ABC – Programa de Capacitação em Apoio a Projetos Associativistas de Promotores Rurais e Urbanos, Projeto Banco do Nordeste, conceituamos o Desenvolvimento Econômico Regional, como um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica, de reconstrução do tecido social, de geração de oportunidades de trabalho e renda. Busca assim estimular e apoiar processos de organização sócio empresariais urbanos e rurais e sua vinculação a cadeias produtivas. Ainda, objetiva fortalecer os empreendimentos empresariais associativos e de microempresários para que gerem empregos sustentáveis.

A partir do enfoque dado pelo projeto banco do nordeste ao desenvolvimento econômico regional, a afirmação de FERREIRA (1994, p.242) quando define o empreendedor como um cidadão capaz de produzir desenvolvimento, investidor em produção, gerador de empregos e riqueza, traduz a nossa preocupação em termos empreendedores a frente de todas as empresas de nossa região, uma vez que Paineira e a região do planalto serrano catarinense de modo geral depende do sucesso destes empresários para alcançar o Desenvolvimento Regional. Esta inserção de uma nova dinâmica de integração socioeconômica que o conceito do PNUD/ABC se refere, é justamente das características empreendedoras que trarão o empresário para esta realidade que estamos falando. (ARRUDA, 2002).

O desenvolvimento regional de alguns municípios ou regiões implica na maioria das vezes no fator localização, já que muitas quando não à vantagens de localização dificilmente uma empresa abrirá uma nova sucursal. Para melhor compreensão deste importante fator de desenvolvimento regional cabe analisar o caso de maneira mais aprofundada.

3.1 Fator Localizacional.

ALVES, 2002, faz uma abordagem sobre este tema estudando o quanto pesa a questão localização para as empresas, e neste estudo ele afirma que com relação ao problema da localização industrial, as formas de organização em redes reforçam o papel dos avanços tecnológicos, particularmente na área da informação, ao possibilitar às empresas uma maior liberdade para realizar suas escolhas locais. Todavia, se por um lado a dispersão é viabilizada, por outro, um certo tipo de dependência locacional acaba emergindo, estando relacionada com o conhecimento e aprendizado técnico-científico. Sob esse aspecto, a tecnologia reforça a concentração, formando verdadeiros aglomerados industriais próximos aos centros de geração de conhecimento (instituições de pesquisa e desenvolvimento, universidades, etc.). Uma razão que justifica esse movimento diz respeito aos ganhos obtidos com economias de escopo de caráter tecnológico, gerando uma especialização das atividades, bem como a redução dos custos

de aprendizado. O resultado é o surgimento de aglomerados industriais em regiões próximas a esses centros. Sob esse aspecto, a tecnologia joga a favor da concentração locacional.

No entanto, análises elaboradas pelo IPEA (1990) sobre tal tema, afirmam que a relação entre mudanças tecnológicas e seus efeitos sobre a dinâmica regional no Brasil deve ser analisada com base em três aspectos: atividades industriais de alta tecnologia, integração agricultura-indústria e incorporação produtiva de novos recursos naturais.

Dessa forma, ao se observar o processo de desconcentração industrial brasileiro ocorrido a partir dos anos 1970, verifica-se que esse se deu dentro do mesmo padrão industrial vigente desde a década de 50. Ou seja, a grande expansão industrial da última década se deu em setores pesados e tradicionais (aço, fertilizantes, metalurgia dos não-ferrosos, petroquímica, bens de capital, entre outros). Desse modo, a linha de orientação, conjugada com as necessidades de se aproveitar os recursos naturais e as exigências técnicas de localização próxima às fontes de matérias-primas, bem como as políticas de incentivos estaduais e regionais e dos projetos estatais (com decisão locacional “política”), permitiu uma desconcentração geográfica dos investimentos industriais e, conseqüentemente, da produção. No entanto, convém colocar que as transformações tecnológicas em curso no âmbito mundial e suas repercussões na indústria brasileira certamente terão efeitos sobre o padrão locacional, uma vez que a emergência de setores como a informática, a biotecnologia, os novos materiais, a química fina e a mecânica de precisão, é de base técnica leve e sua localização, supostamente, exige condições locais diferentes da indústria pesada ou tradicional.

Para KON (1994), outras implicações das transformações estruturais resultantes do progresso tecnológico, no que se refere à espacialidade de seus impactos e observando-se os ajustes internamente a cada espaço diferenciado de uma nação, dizem respeito ao ritmo em que se verificam os ajustamentos da mão-de-obra ao progresso de aceleração da especialização, tendo em vista as especialidades de sua força de trabalho. Essas condições estão associadas à tipicidade da estrutura ocupacional vigente naquele momento e à capacidade da obtenção de maior

qualificação a curto prazo dos trabalhadores, o que irá repercutir na escolha da tecnologia a ser implantada em cada região pelos produtores.

Paralelamente a estas implicações relacionadas à mão-de-obra, os processos de inovação tecnológica dependem da possibilidade de cada região ter condições de uma demanda potencial (interna ou externa) suficiente para o aumento da produção resultante, ou da capacidade daquela inovação induzir uma demanda pela nova produção. Por outro lado, estão sujeitos também à disponibilidade de poupanças internas ou externas à região, suficientes para financiar novos investimentos; isto por sua vez, implica a expectativa positiva de retornos vantajosos a estes investimentos de capital, que podem esbarrar nas condições de desvantagens relativas de determinados espaços econômicos. A par disso, é suposta uma dotação satisfatória de capital, específica para investimentos públicos em infraestrutura que favoreça o processo de investimentos e de inovações naquele espaço.

Pelo lado da demanda, estão os efeitos exercidos pelo estágio do desenvolvimento das demais atividades ou setores, que tenham condições de absorver os novos produtos gerados pelos setores de ponta e, ao mesmo tempo, reestimular sua expansão. Assim, é necessária uma combinação de capital privado e público e de uma oferta de mão-de-obra com qualificações específicas como condição para a criação de mudanças tecnológicas consideráveis em uma região. Essas mudanças podem ser consideradas como fatores propulsores do processo de desenvolvimento econômico regional e se manifestam primordialmente por meio do fenômeno de polarização. O espaço polarizado, ao propiciar vantagens na escala de produção, elos intersetoriais (linkages) e a possibilidade de maior grau de inovação tecnológica, molda as condições necessárias para uma rápida difusão dos impulsos de crescimento dos setores propulsores para outros setores (KON, 1994).

3.1.2 Transformações do Espaço

Sobre as transformações recentes no espaço, SANTOS (1991) destaca:

Há emergência de um novo espaço e de uma nova rede urbana. Nas fases mais recentes, constata-se, em primeiro lugar, a luta pela formação de um mercado único, através da integração territorial. Um novo momento, o atual, conhece um ajustamento à crise desse mercado, que é um mercado único e segmentado; único e diferenciado; um mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras que comandam o território com apoio do Estado. Não é demais lembrar que, ainda aqui, mercado e território são sinônimos. Um não se entende sem o outro.

Ao analisarmos o estudo de ALVES, 2002, pode-se ter uma ideia da dificuldade enfrentada pelos municípios que não se enquadram nestes perfis, para atraírem empresas de grande porte, gerando assim mais trabalho e desenvolvimento social.

Para CLEMENTE (1994), a urbanização desordenada e a falta de emprego nas cidades, constituindo o denominado inchaço urbano, em que predominam subemprego e pobreza, colocam o desenvolvimento industrial virtualmente como a única possibilidade de criação direta e indireta de postos de trabalho em número minimamente adequado.

Diante dessa situação, é perfeitamente compreensível o esforço que os governos estaduais e municipais fazem no sentido de atrair investimentos industriais. É preciso considerar, entretanto, que a maioria desses esforços não propicia os resultados esperados, possivelmente porque são conduzidos sob hipóteses enganosas acerca da escolha locacional por parte das empresas industriais.

Com base numa ‘suposta’ relação entre tamanho do município e escolha locacional, MANZAGOL (1985) faz algumas questões e propõe um esboço de uma teoria da localização industrial:

- a) A distribuição das atividades industriais não contribui para a hierarquização da rede urbana?
- b) Pode-se dizer que a distribuição das atividades industriais é complementemente anárquica?
- c) Entre o “coração” e o “invólucro” existe um princípio hierárquico. Isto não repercutirá no sistema urbano?

A proposta de teoria da localização industrial faz referência à teoria dos lugares centrais, o autor estabelece uma teoria dos “lugares industriais”. Trata-se de uma proposta ainda pouco refinada, mas que permite abranger de modo coerente as relações que mantêm o tamanho da cidade, de um lado e, de outro, o tamanho da fábrica, a composição e a diversificação Industrial.

Tamanho da cidade e tamanho da fábrica: Esta é a hipótese mais simples. Reveste-se de evidente interesse em uma época de acentuada concentração e de mobilização de economias de escala. Também responde a constatações já feitas: a instalação de uma grande Empresa Em uma pequena coletividade provoca um traumatismo tanto econômico como social. De modo geral, estima-se que, em função do aumento correlativo dos encargos, dos custos de infraestrutura e de equipamento, uma localidade não pode suportar um crescimento anual superior a 10%. Por outro lado, destaca-se que as grandes empresas americanas não se instalam em uma área cuja população ativa não seja 8 a 10 vezes superior às suas necessidades de mão-de-obra para não perturbar o equilíbrio local.

Tipo de indústria e tamanho da cidade: Um dos fundamentos da teoria dos lugares centrais postula que determinados tipos de função aparecem apenas em certos níveis da hierarquia urbana. Para que apareça um certo tipo de fabricação é preciso que a cidade atinja um determinado tamanho.

Diversificação industrial e tamanho da cidade: Não existe nada surpreendente no fato de que a diversidade das atividades industriais cresça geralmente com o tamanho das cidades no estudo já citado.

Segundo ISARD (1960), citado por SILVA-LEME (1995):

Pode-se classificar os fatores localizacionais de natureza econômica em três grupos principais. No primeiro incluem-se os custos de transporte, que variam regularmente com a distância a partir de um ponto de referência. No segundo grupo incluem-se aqueles custos que não variam regularmente com a distância, como custo de mão-de-obra, energia, água, topografia, taxas, etc. O terceiro grupo, por sua vez, engloba os efeitos da economia de aglomeração e de desaglomeração. Nas economias de aglomeração incluem-se: a) economias de escala, b) economias localizacionais e c) economias urbanas. Nas economias de desaglomeração incluem-se: a) deseconomias de escala, b) aumento nos aluguéis, no custo dos serviços urbanos e no custo resultante do congestionamento viário e c) aumento no custo dos alimentos como consequência do fato de que, aumentando-se o tamanho das cidades, as áreas agrícolas deverão afastar-se do centro urbano.

Por economias locais ISARD entende, àquelas consequentes do aumento do produto total de uma indústria num certo local e define economias de urbanização como aquelas consequentes do aumento econômico global da localidade, medido em termos de população, renda, produto ou riqueza dessa localidade.

SILVA LEME (1965) adota uma classificação alternativa em seu trabalho. Divide os fatores localizacionais em três grupos: fator transporte, fatores aglomerativos e fatores desaglomerativos.

O Professor, Carlos Roberto Azzoni identifica os fatores que influenciaram na localização das indústrias paulistas e, tomando por base o trabalho de SILVA LEME, resume sucintamente os aspectos fundamentais da “Teoria da Localização” com o objetivo de fornecer informação sobre os modos pelos quais os empresários tomam suas decisões em relação ao problema de onde produzir, ou, quais os fatores que mais influenciam a decisão do empresário em relação àquele problema.

Vários fatores tomam parte na tomada de decisão do empresário para a escolha do local onde edificar seu estabelecimento. Esses fatores podem ser considerados na decisão porque têm influência direta nos lucros do empreendimento como menores custos de materiais, ou porque têm influência sobre o empresário de uma maneira mais pessoal como a procura de local com boas escolas onde possa educar seus filhos.

O tratamento dado por SILVA LEME (1965) agrupa as influências locacionais em três grandes grupos: fatores aglomerativos, desaglomerativos e o fator transporte.

Fator transporte: uma indústria, para seu funcionamento, emprega matérias-primas que podem existir em todos os lugares, as chamadas ubiquidades, ou em alguns locais as matérias-primas localizadas. A indústria deve colocar sua produção no mercado que pode ser uma só cidade ou um só cliente, ou várias cidades ou clientes. Para KON (1994), “a variável, distância desempenha um papel fundamental nos estudos locacionais, quando traduzida economicamente em termos de custos e de tempo gasto”.

3.1.3 Fatores Aglomerativos.

Fatores aglomerativos: KON (1994) explica:

As vantagens representadas por redução nos custos de implantação e operacionalização das plantas industriais, advindas da existência no local de uma infraestrutura de serviços públicos e privados em forma de transportes, comunicações, suprimento de energia, atividades financeiras, comerciais, de assessoria, de manutenção e outras, constituem as denominadas economias de aglomeração.

A localização industrial em tais áreas, de modo geral, implica a concentração de uma série de indústrias, tendo em vista que os recursos concentrados visam extrair o máximo rendimento, alternativamente à pulverização dos investimentos em infraestrutura.

Fatores desaglomerativos: uma indústria deve ter um terreno onde se instalar. Em termos do fator terra, temos que o preço por metro quadrado de terreno decresce à medida em que nos afastamos do centro. O mesmo raciocínio pode ser empregado em relação à mão-de-obra. Com as indústrias concentradas em um só ponto haveria grande concorrência pela mão-de-obra

mais próxima, o que elevaria os salários nesse centro. Um outro fator que pode influenciar a saída da indústria da metrópole é uma matéria-prima localizada, cuja participação no produto seja grande e cujo custo de transporte seja alto.

KON (1994) afirma que a definição final da localização de uma empresa industrial, aqui abordada, passa por duas etapas distintas que observam aspectos da macrolocalização (definindo a região mais ampla) e da microlocalização (definindo as condições físicas do terreno).

A empresa industrial privada com fins lucrativos determinará sua localização industrial com vistas à máxima rentabilidade do capital a ser investido. A macrolocalização, neste sentido, definirá a região mais ampla onde deverá ser estabelecida a planta industrial, tendo em vista razões de ordem econômica e aspectos técnicos. Entre os aspectos econômicos destacam-se acesso a insumos, a mercados, custos de transportes existência de mão-de-obra, entre outros. Como fatores técnicos destacam-se condições climáticas, facilidades de acesso e de comunicações da região com as demais. O papel da intervenção governamental nesta macrolocalização é definido por razões de caráter social (condições de emprego regional), por posições político-estratégicas (ocupação de emprego regional, por posições ou de vazios demográficos) ou outros objetivos de desenvolvimento regional. Esta intervenção pode manifestar-se pelo estabelecimento de indústrias estatais ou pertencentes a entidades sem fins lucrativos em áreas escolhidas por essas razões ou, ainda, por meio de subsídios ou incentivos específicos, que acarretam vantagens de localização para a empresa privada.

Os aspectos macro locais descritos por KON (1994) são: custos e eficiência dos transportes, áreas de mercado, disponibilidade e custos de mão-de-obra, custo da terra, disponibilidade de energia, suprimento de matéria-prima, disponibilidade de água, eliminação de resíduos, dispositivos fiscais e financeiros, economia de aglomeração e elementos intangíveis.

A seguir serão apresentados fatores de macrolocalização, ainda não descritos. Estes se baseiam no estudo de AZZONI (1975) e em KON (1994):

Proximidade de grandes centros urbanos: grande parte da produção industrial se destina à região onde se concentra um enorme contingente populacional. Normalmente, existe um grande parque industrial com indústrias dos mais variados tamanhos, setores e tipos, o que funciona como um mercado para os produtos das indústrias produtoras de bens intermediários e como fonte de insumos para indústrias que se utilizam daquele tipo de bens. O enorme contingente populacional funciona como grande mercado para bens de consumo e como fornecedor de mão-de-obra. Em relação à produção, o fato de existir um parque industrial diversificado faz com que as indústrias obtenham economias externas no aspecto. População e nível salarial do município: a existência de mão-de-obra é um fator preponderante na escolha locacional, tanto no que se refere à natureza específica da força de trabalho disponível quanto aos custos incorridos na sua contratação. Do ponto de vista da natureza da mão-de-obra, ressaltam-se fatores como nível de escolarização formal e de treinamento adicional, a distribuição etária e por gênero e os valores culturais. No que se refere aos custos, a localização próxima a grandes centros urbanos determina salários mais elevados relativamente a áreas mais afastadas.

Áreas de mercado: a localização mais próxima do mercado consumidor conduz a uma maior rentabilidade do empreendimento; a dimensão e a dispersão do mercado consumidor e sua expectativa de expansão geográfica podem justificar a localização das indústrias, de modo a se situarem em eixos que ligam os pontos de dispersão e expansão observados. Outro fator a ser considerado é a existência ou não de competição.

Número de estabelecimentos industriais: o fato de um município ter em seu território um grande número de indústrias pode se constituir numa vantagem locacional. Isso pode ocorrer porque as novas indústrias, se sentem atraídas por locais de tradição industrial, onde a mão-de-obra já está acostumada ao trabalho, onde pode recrutar operários qualificados sem muitas

dificuldades e pode buscar pessoal técnico e administrativo, tomando-os de outras empresas. A vantagem locacional pode existir também em termos de mercado para os produtos da firma, no caso de produtores de bens intermediários, que podem vender parte de seus produtos na própria cidade, diminuindo os gastos com transportes.

Custo da terra: no caso de plantas industriais, o custo da terra pode ser um fator decisivo nos cálculos de localização. As áreas situadas mais próximas dos grandes centros urbanos apresentam um custo proporcionalmente mais elevado, que se relaciona diretamente à disponibilidade de infraestrutura de serviços complementares.

Disponibilidade de energia: a existência de energia em suas diversas formas ou mesmo a potencialidade de recursos naturais a serem explorados, bem como seu custo unitário, é o fator decisivo para a localização de indústrias específicas, em que este elemento pesa consideravelmente no custo final do produto.

Suprimento de matérias-primas: as condições de utilização em grande escala ou caráter perecível ou de fragilidade de certas matérias-primas constituem fatores influentes na decisão locacional. Em muitos casos a movimentação da matéria-prima a longas distâncias, sem tratamento prévio, pode tornar inviável a escolha de uma localização longínqua.

Disponibilidade de água: a disponibilidade e a qualidade da água para o uso industrial, nos volumes necessários para determinados tipos de indústrias, constituem fator de crescente importância. O consumo de água por unidade produzida permitirá mensurar a importância deste fator na localização da planta.

Eliminação de resíduos: a industrialização acelerada de uma região implica um nível crescente de poluição ambiental, ocasionada pela eliminação de resíduos industriais. A eliminação de resíduos tende a ser controlada por uma legislação que implica multas pela sua não

observância, ou na exigência da instalação de dispositivos antipoluidores nas plantas, o que onera os custos de produção.

Dispositivos fiscais e financeiros: em determinadas regiões a política governamental pode recorrer a incentivos fiscais, subsídios, cessão de terrenos ou a facilidade de acesso ao crédito como fatores de atração do capital privado no sentido de contrabalançarem as deficiências regionais. Por outro lado, a iniciativa privada também pode oferecer motivações financeiras para as indústrias se dirigirem a um determinado local, como por exemplo, a associação no capital da empresa e o fornecimento de crédito em condições vantajosas. A constante supressão dos mesmos pode eliminar as vantagens iniciais de localização na região, afetando o equilíbrio operacional da empresa. AZZONI apresenta esse fator em seu estudo como “Incentivo Municipal”, considerando apenas os instrumentos criados por lei com o objetivo explícito de facilitar a instalação de novas fábricas no município. Ainda considera que pode haver outras formas de se atrair fábricas, como por exemplo, oferecimento de serviços municipais de alto nível (água, esgoto, policiamento, etc.). COUTINHO & FERRAZ (1994) propõem uma revisão dos incentivos fiscais, visando à sua aproximação à política de competitividade. São considerações dessa proposta: substituição da sistemática de concessão a priori de incentivos fiscais pela concessão de subsídios segundo cronograma de realização de investimentos; eliminação dos incentivos setoriais e regionais e sua substituição por subsídios a projetos e cadeias virtuosas de investimentos, proporcionais à capacidade de geração de melhoria de qualidade e produtividade, e ganhos de competitividade. O jornalista Washington Novaes alerta: “grande parte dos municípios tem-se valido de redução de impostos, de guerra fiscal, para atrair investimentos. Ou tem fechado os olhos a problemas ambientais. Em qualquer das duas hipóteses, a longo prazo o preço é muito alto”.

Elementos intangíveis: a existência de elementos ditos intangíveis determinam a localização de indústrias cuja demanda é afetada esses fatores. Tratam-se de elementos de caráter subjetivo, que influenciam os processos produtivos ou de distribuição do produto, como: a

tradição ou segredos de família, interferindo na produção de determinados produtos, particularmente alguns bens de luxo; certas indústrias comestíveis ou de bebidas; indústrias artesanais ou produtos de conteúdo artístico com alto valor comercial. Nestes casos, prevalece o elevado valor unitário da produção em face da alta especialização da mão-de-obra como atração para a localização, sobrepujando outros atrativos locais, técnicos e econômicos diante dos requisitos comunitários demandados. COUTINHO & FERRAZ (1994).

Entre as várias alternativas possíveis de localização, a escolha deverá recair sobre aquela que implicar na menor relação custo/benefício, quando considerados conjuntamente todos os fatores locais. A melhor combinação entre os recursos naturais, humanos e outras forças locais existentes para cada produto específico, caracteriza as vantagens de determinadas regiões, ou seja, torna mais adequada a implantação da indústria comparativamente a outro local.

Uma vez determinada a macrolocalização industrial, a fase seguinte da análise locacional dirige-se para a escolha do terreno, definindo dessa forma a sua microlocalização.

A partir da definição da área livre necessária para a implantação de determinado processo de produção, são observados os requisitos do terreno baseados nos seguintes elementos, segundo KON (1994):

Condições do relevo: as condições de declividade, ou outras, do relevo do terreno podem ter um peso considerável nos custos de implantação, uma vez que podem ou não dispensar a execução de grandes movimentos de terra para a implantação inicial e, podem ou não permitir futuras expansões nas instalações, sem grandes obras de terraplenagem.

Qualidade do solo: a qualidade ou eficiência do solo pode facilitar ou onerar a implantação de instalação industrial. A resistência do solo, o nível do lençol freático, formações rochosas e de matas, a existência de solo vegetal ou aterro sanitário que não suporte o peso de grandes obras de engenharia podem determinar o melhor terreno.

Vias de acesso e de comunicação: a localização próxima a uma estrada de rodagem, uma via férrea, um canal ou curso d'água navegável, a proximidade dos centros urbanos, pode determinar menores custos de transportes, restringido o número de alternativas válidas para a escolha do terreno. No que se refere ao acesso à comunicação, as constantes inovações tecnológicas no setor de comunicações, particularmente introduzidas via informatização destes serviços, vêm possibilitando à indústria o fácil acesso às informações

E outras necessidades de comunicação em qualquer ponto da região, tornando esse fator menos influente no processo de escolha locacional.

Serviços públicos: entre estes serviços disponíveis destaca-se a infraestrutura urbana de esgoto sanitário, energia elétrica, linhas telefônicas, coleta de lixo, transportes coletivos, ensino e saúde para as famílias que fornecerão a mão-de-obra, e suprimento de água potável.

Capacidade da infraestrutura ainda que sejam disponíveis instalações de infraestrutura de acesso, a previsão da capacidade de utilização no momento da implantação e a potencialidade para períodos futuros de desenvolvimento da empresa, pesam consideravelmente na escolha locacional, desde que possam haver limitações físicas e legais para o tráfego de veículos que demandem a indústria, dados os gabaritos de pontes, túneis, raios de curvatura e rampas, etc.

Situação legal da propriedade: a condição legal da propriedade no que se refere à existência de demanda judicial ou risco de futuras questões judiciais, a demarcação efetiva dos limites do terreno em relação às propriedades vizinhas, tem peso fundamental na escolha do terreno.

Outros dispositivos legais: podem onerar ou impedir a microlocalização de determinadas plantas industriais, fatores como vigência de dispositivos legais sobre a existência de faixas de domínio ou direitos de servidão (passagem de adutoras, de linhas de transmissão, de linhas telefônicas e telegráficas etc.), sobre restrições quanto ao gabarito máximo das edificações, faixas de recuo e de áreas não edificáveis, quanto ao nível de ruído, emissão de fumaça, vapores e odores, bem como a obrigatoriedade de preservação de áreas verdes.

Existência de instalações: a existência de construções de engenharia na forma de fundações, edificações provisórias ou definitivas podem onerar ou diminuir os custos de instalação, quer sejam necessárias obras de demolições ou remoção, ou sejam reaproveitáveis para o futuro projeto. Da mesma forma, no caso da existência de áreas cultivadas, jazidas e outros recursos extrativos já em fase de exploração, que devem ser complementados.

Existem indústrias que não possuem fortes preferências locacionais e outro tipo de orientação está surgindo à medida que indústrias com tecnologias altamente sofisticadas são criadas. Em indústrias de pesquisa ou eletrônicas, a necessidade de técnicos altamente especializados se sobrepõe aos demais fatores atrativos da localização. Nesse caso, as condições climáticas e culturais, ou serviços de lazer e outras amenidades demandadas por estes técnicos, exercem maior peso na escolha.

As mudanças de localização na estrutura de produção de bens são explicadas pelas necessidades locacionais que surgem dos novos setores e métodos produtivos, de modo que a localização pode, ou não, coincidir com as escolhas locacionais das antigas indústrias. Nesse

sentido, os fatores explicativos tradicionais são algumas vezes insuficientes para entender os processos de organização das indústrias no espaço que envolve escolhas locacionais para a implantação de uma unidade produtiva (FERREIRA & LEMOS, 2000).

Recentemente, têm-se considerado as capacitações acumuladas pelas empresas, procurando destacar, sobretudo, os impactos que as inovações tecnológicas provocam na definição do local a ser implantado um empreendimento industrial.

Observa-se, em países altamente industrializados, uma dinâmica locacional voltada para organizações constituídas por múltiplos estabelecimentos em diferentes localizações. A escolha locacional transfere-se de regiões de alta concentração de mão-de-obra para outras em que as indústrias possam impor novas condições de salário no mercado de trabalho.

Surgem assim, o segundo tipo de economia de escala, as tecnológicas, que decorrem da interdependência das atividades econômicas, possibilitando o transbordamento interfirmas de conhecimento científico e tecnológico. A incorporação dos avanços tecnológicos possibilita o aumento das economias de escala por meio da ampliação do estoque de capital, bem como por meio da ampliação do conhecimento disponível.

Enfim, a determinação da alternativa selecionada é efetuada por meio de uma análise custo/benefício, em que são colocadas em questão todas as vantagens e desvantagens locacionais em relação aos aspectos de macro e microlocalização anteriormente descritos. O próprio processo de produção e distribuição da empresa e a estratégia de desenvolvimento da firma determinarão se a localização é orientada pelos transportes, pela mão-de-obra, energia ou outro fator relevante. No entanto, ainda que uma indústria seja claramente orientada para um tipo específico de fator, que apresenta peso significativo na composição dos seus custos totais, a existência de outros custos adicionais ou vantagens podem determinar, no cômputo global, uma localização mais afastada daquele condicionante. (FERREIRA & LEMOS, 2000).

3.2 Histórico do Município de Painei.

De acordo com registros arquivados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Painei o Sr. Nicolau de Liz Abreu – Português - no período de 1823 a 1834, período do reinado de D. Miguel, fora deportado de Portugal.

Vindo para o Brasil casou-se com Humbelina Maria Pereira, advindos de laguna para a região da serra, no planalto Catarinense, onde adquiriu direitos sobre uma grande quantidade de terra chamada de Fazenda Grande.

Anos mais tarde a filha de do casal (Simeana) recebeu parte destas terras a qual passou a se chamar Fazenda Santo Antônio do Caveiras onde está atualmente localizada a cidade de Painei.

No ano de 1885, líderes da época em uma festa de São Jorge fizeram o pedido de transformar Painei em Distrito, o que foi concedido de acordo a Lei nº.5.444 de 13 de agosto de 1889, no chamado “Santo Ano da Proclamação da Republica”.

O primeiro nome dado a localidade foi o de “Portão” - passagem de tropeiros, que conduziam as tropas de gado que vinham de Laguna pelo caminho dos conventos e eram conduzidas até São Paulo.

Posteriormente passou a ser chamado “Quarteirão dos Portões” (toda a região de Lages), não se tem conhecimento em que fase da história foi adotado o nome de Painei, mas sabe-se do motivo que levou a se dar este nome, um senhor que cuidava do portão que dava entrada e descanso as tropas na fazenda, era chamado de “ Pai Noel” mais tarde passou a ser chamado apenas de “Pai – Nel”.

Em 1950 surgiu a ideia de emancipar o distrito de Painel, porém, o então governador da época achou que não era hora.

Em 1991, uma comissão de emancipação entra em ação e em 15 de dezembro de 1991 foi entregue toda a documentação necessária à assembleia legislativa.

O Plebiscito para a aprovação da emancipação de Painel se deu no dia 19 de setembro de 1993 e a votação do projeto aconteceu 19 de julho de 1994 quando seguiram em comitiva aproximadamente 600 pessoas para assistirem à votação na Assembleia Legislativa, na qual os senhores deputados julgaram ser a maior comitiva já passada por aquela casa.

Como resultado da votação do projeto, no dia 07 de agosto de 1994, através da Lei nº. 9.677 o governador Antônio Carlos Konder Reis eleva o Distrito de Painel a categoria de Município.

3.2.1 Caracterização Geográfica do Município de Painel.

Localizada na região serrana do Estado de Santa Catarina a 238 km da capital do Estado de Santa Catarina Florianópolis, com área de 764 Km², 2.800 habitantes, sendo que destes 90% estão localizados na área rural do Município.

Painel faz parte da AMURES, que é a associação dos municípios da Serra Catarinense formada por 18 Municípios.

O município de Painel está situado em uma região montanhosa e de grande altitude por isso destaca-se no turismo rural, tendo como principal atrativo as baixas temperaturas que, no inverno chegam a -5° ocasionalmente à também a ocorrência de neve o que atrai curiosos de todos os estados do Brasil.

3.3 Situação Econômica do Município.

A economia do Município de Painei teve sua fundamentação no extrativismo madeireiro, com exploração do Pinheiro Araucária (Pinheiro Brasileiro), chegou a possuir 36 serrarias na década de 60.

Hoje o município conta apenas com 2 serrarias, e sua economia é baseada principalmente na Pecuária, fruticultura, fruticultura e comércio.

O município conta hoje com um orçamento anual médio de cinco milhões de reais (R\$ 12.000.000,00) deste montante apenas 5,8% vem da arrecadação de impostos, taxas e tributos gerados pela própria economia do município, o restante vem dos repasses federais e estaduais F.P.M. (Fundo Participação Municipal).

O fato da economia local estar centrada principalmente no F.P.M. faz com que a arrecadação do município seja instável, pois o valor dos repasses aos municípios ocorrem mensalmente e estão atrelados ao quanto o governo federal arrecada dos estados, então dependendo do mês e de quanto arrecada o governo federal a quantia do repasse diminui drasticamente. E este é o principal problema enfrentado pelos gestores de pequenos municípios que não conseguem ser autossustentáveis nas receitas geradas pela economia local.

3.4 Pesquisa.

Conforme RUDIO, citado por LAKATOS e MARCONI (1982, 121):

Formular o problema consiste em dizer, de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos deparamos e que pretendemos resolver, limitando o seu

campo e apresentando suas características. Desta forma, o objetivo da formulação do problema da pesquisa é torná-lo individualizado, específico, inconfundível.

Esse estudo tem o propósito de buscar respostas para as questões que se apresentam a seguir:

- a) As empresas estão dando a devida atenção à elaboração e publicação da DVA?
- b) Como essa publicação está sendo feita?
- c) O que as DVA publicadas têm evidenciado sobre a geração e a distribuição de riqueza pelas empresas?

3.4.1 Metodologia.

Quanto ao objetivo específico, trata-se de uma pesquisa exploratória, em que se procuram aprofundar os conhecimentos sobre Demonstração do Valor Adicionado, sua aplicação e divulgação.

Tal pesquisa foi desenvolvida através de uma metodologia de pesquisa bibliográfica, que incluiu artigos de revistas especializadas, dissertações de mestrado e livros, com o intuito de fornecer um maior embasamento teórico ao trabalho. Também foi feita uma pesquisa documental, na qual foram analisadas as Demonstrações Contábeis publicadas no portal Valor Econômico, nos meses de agosto e setembro de 2019, dando ênfase às Demonstrações do Valor Adicionado das empresas pesquisadas, quando divulgadas.

3.4.2 Estudo de caso.

O principal objetivo deste estudo é apurar o nível de renda média das famílias do município de Painel, tanto dos trabalhadores que atuam no setor agrícola do município como os que atuam em outros setores como comércio, serviço público, etc.

Mas para uma melhor compreensão da contribuição da renda para as famílias do Município de Paineira, e de como essa renda contribui para o desenvolvimento socioeconômico das famílias faz-se necessário uma pesquisa de campo onde será aplicado um questionário a 20 famílias sendo 10 com trabalhadores rurais e 10 com os trabalhadores de outros setores da economia local. Com os resultados desta pesquisa pretende-se apurar qual a contribuição da renda gerada no município para as famílias e para a economia local como um todo e principalmente qual é a atual situação socioeconômica das famílias, analisando vários fatores afim de se apurar o nível de desenvolvimento humano no Município.

4. Resultado da Pesquisa Aplicada as Famílias do Município de Paineira.

Tabela 1 – Número de pessoas por residência.

Nº.pessoas	Respostas	%
1 a 2 pessoas	5	25 %
3 a 4 pessoas	7	35%
5 a 6 pessoas	5	25%
7 a 8 pessoas	1	5%
9 a 10 pessoas	2	10%

FONTE: Pesquisa de Campo, 2019.

Os dados apurados na pesquisa revelam que na sua maioria, as famílias são formadas por 3 e 4 pessoas e isso representa 35% dos entrevistados, apenas 10% dos entrevistados responderam que residem de 9 a 10 pessoas na mesma residência e 5% das famílias são formadas por 7 e 8 pessoas.

Tabela 2 – Número de pessoas que trabalham

Nº.pessoas	Respostas	%
1 a 2 pessoas	5	25%

3 a 4 pessoas	10	50%
5 a 6 pessoas	5	25%
7 a 8 pessoas	0	0
9 a 10 pessoas	0	0

FONTE: Pesquisa de campo, 2019.

Quanto ao número de trabalhadores por família pode-se apurar os seguintes dados, 25% das famílias possuem de uma a duas pessoas trabalhando, 50% das famílias possuem de três a quatro pessoas que trabalham, e o número máximo trabalhadores por família é de cinco a seis pessoas.

Tabela 3 – Em quais setores estão alocados os trabalhadores.

Setores	Respostas	%
Atividades agrícolas	10	50%
comércio	5	25%
Serviço Público	5	25%
outros	0	0

FONTE: Pesquisa de campo, 2019.

Neste quesito da pesquisa constatou-se que 50% das pessoas entrevistadas trabalham no setor agrícola, ou seja, desenvolvem atividades ligadas a agricultura e que 25 % estão no comércio e 25 % são funcionários ou servidores públicos, o fato de os valores em percentual serem praticamente iguais ocorreu porque propositalmente foram entrevistadas 10 famílias que possuem integrantes que trabalham no setor agrícola e 10 que atuam em outras áreas da economia local , para assim no conclusão desta pesquisa identificar a ocorrência de disparidade na renda destes setores e analisar qual a contribuição gerada por cada setor.

Tabela 4 – Renda média das famílias.

Renda média	Respostas	%
Entre 1 e 2 salários mínimos	10	50 %
Entre 3 e 4 salários mínimos	5	25 %
Entre 5 e 6 salários mínimos	5	25%
Acima de 6 salários mínimos	0	0

FONTE: Pesquisa de campo, 2019.

Quanto a renda média dos trabalhadores, pode-se constatar que a grande maioria dos trabalhadores, para ser mais exato 50 % dos entrevistados tem um rendimento médio entre um e dois salários mínimos, o mais interessante neste caso é que 100 % destes trabalhadores estão alocados no setor agrícola. Esse fator nos leva a entender que à uma grande lacuna entre os rendimentos dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores de outros setores da economia local do Município de Painel.

25 % dos trabalhadores entrevistados tem rendimento médio entre 3 e 4 salários mínimos, e esses estão na sua maioria alocados no comercio local do município, já os 25 % restantes que tem rendimentos médios entre 5 e 6 salários mínimos são formados quase que totalmente por funcionários públicos.

Tabela 5 – Gasto aproximado das famílias de trabalhadores dos setores agrícolas (Mês).

Itens	Parcela da renda (%)
-------	----------------------

Alimentação	70 %
Vestuário	2%
Saúde	3 %
Educação	2 %
Lazer	5 %
Outros	18 %

FONTE: Pesquisa de Campo, 2019.

Analisando os dados obtidos através da pesquisa desenvolvida para tentar descobrir quais os itens consomem a maior parte da renda dos trabalhadores do setor agrícola do município pode-se chegar ao seguinte resultado: 70 % da renda dos trabalhadores é empregada na alimentação, o que se explica pelo fato de que as famílias de agricultores na sua maioria é formada por um grande número de pessoas, outro fato importante é que conforme já foi apurado anteriormente a renda do trabalhador do setor agrícola é muito inferior a de outros setores, o que faz com que o trabalhador priorize usar sua renda para bens de primeira necessidade, como a alimentação usando apenas uma pequena parcela para outros itens como lazer que na pesquisa obteve o baixo índice de 5 % .

O item OUTROS na tabela se refere a conta de luz, água, e outras despesas corriqueiras, que mesmo não tendo um foco claro consome uma grande parcela da renda do trabalhador (18 %).

O baixo gasto dos trabalhadores com saúde (3 %) se explica pelo fato dos trabalhadores e suas famílias que possuem uma renda considerada baixa , utilizam o SUS (Sistema Único de Saúde) que é gratuito , há também no município um trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde que oferecem

medicamentos que não se enquadram nos da farmácia básica do município, independentemente do custo que tenha este medicamento ou tratamentos especiais.

Tabela 6 - Gasto aproximado das famílias de trabalhadores do setor público e comércio (Mês).

Itens	Parcela da renda (%)
Alimentação	15 %
Vestuário	10 %
Saúde	14 %
Educação	12 %
Lazer	15 %
Outros	34 %

FONTE: Pesquisa de Campo, 2019.

Ao se analisar a tabela com os dados obtidos na pesquisa com as famílias dos trabalhadores do comércio e serviço público do município de Paineiras, pode-se facilmente perceber a diferença existente na qualidade de vida dos trabalhadores dos diferentes setores da economia local.

Tabela 7 – Contribuição da renda para a economia local e regional

Cidade	Respostas	%
Paineiras	5	25 %
Lages	13	65%
Outras cidades	2	10 %

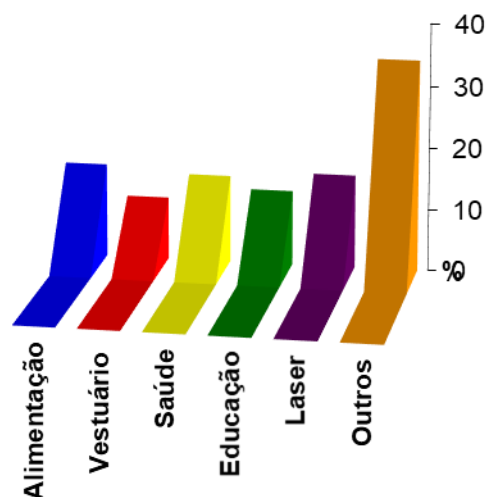
FONTE: Pesquisa de campo, 2019.

Ao serem indagados com a seguinte pergunta: Onde você e sua família costumam fazer compras; Painei; Lages; outras cidades. 65% das pessoas afirmaram que costumam fazer suas compras na cidade de Lages, normalmente o motivo dessa afirmação é pela questão da proximidade das duas cidades que estão separadas por uma distância de 28 km, e Lages é a cidade polo da região serrana do estado de Santa Catarina, possuindo um comercio bem mais desenvolvido, o que acaba enfraquecendo o comercio local, que conta com apenas 25 % da renda gerada para sobreviver.

4.1 Comparativo dos Dados.

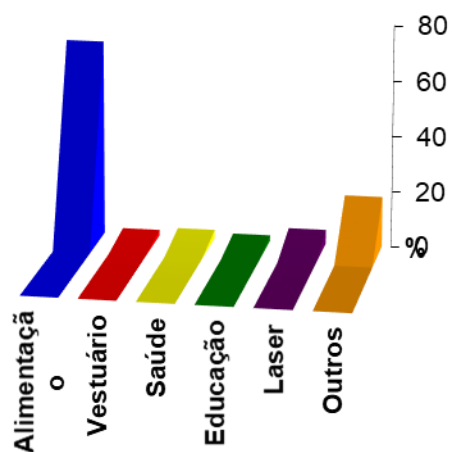
Ao compararmos os dados obtidos nesta pesquisa pode-se facilmente chegar à conclusão de que há no Município de Painei uma grande diferença tanto salarial como de qualidade de vida, dos trabalhadores do setor agrícola e demais setores da economia local do município de painei.

Isso fica mais claro ao analisarmos os gráficos a seguir que mostram em um primeiro momento qual o percentual da renda usada para a compra de determinados bens pelos trabalhadores do setor público e comercio, após isso será apresentado um gráfico com o nível dos gastos das famílias do setor agrícola.



Parcela da renda usada para compra de determinados bens pelas famílias de trabalhadores do setor público e comércio.

Para podermos fazer uma análise melhor do desnível existente entre os diferentes setores da economia do Município de Paineiras veremos agora o gráfico que mostra quais os principais tipos de gastos e quanto estes consomem da renda dos trabalhadores do setor agrícola.



Parcela da renda usada para compra de determinados bens pelas famílias de trabalhadores do setor agrícola.

A uma grande diferença entre os níveis de renda dos diferentes setores da economia no município de Paineel, diferença gerada principalmente pela falta de empresas já que a economia Paineleense está baseada principalmente na agricultura e por haver um grande número de pessoas sem qualificação profissional, as poucas empresas do setor agrícola acabam por comprimir os salários, já que não possuem concorrência pela mão-de-obra existente.

4.2 Contribuição da Renda para o Município e para as Famílias.

Este estudo buscou analisar a atual situação socioeconômica das famílias do município de Paineel através de uma pesquisa de campo aplicada a 20 famílias do município sendo que dessas, 10 eram formadas por trabalhadores do setor agrícola e 10 por trabalhadores dos setores público e comércio, que depois do primeiro setor citado são os que mais empregam na cidade de Paineel, já que a mesma não possui nenhum tipo de empresa ou indústria de outros setores.

Ao apurar os dados obtidos através do formulário aplicado as famílias pode-se ter uma visão geral da situação atual do nível da renda no município e sua distribuição, ficou claro que há uma disparidade entre o nível de renda dos trabalhadores do setor agrícola que fica entre 2 e 3 salários mínimos, em relação aos demais setores analisados e isto se explica pelo fato da falta de qualificação desses trabalhadores. Outro fator importante é a falta de oportunidades de trabalho, pois o município não possui empresas de grande porte, pois o município não possui uma localização que seja atrativa as grandes empresas.

Com relação a contribuição que a renda gerada trás para as famílias e para o município o fator que mais chamou a atenção foi o fato da grande maioria das famílias preferirem fazer suas compras nas cidades maiores próximas a Paineel , prejudicando assim o comercio local.Embora

não esteja no questionário pois não era este o intuito principal da pesquisa , muitos dos entrevistados comentaram o fato de se deslocarem as cidades vizinhas para fazerem suas compras não por uma questão de diferenças de preços mas sim pelo fato da cidade de Painel ser uma cidade de base agrícola e não ter o mesmo nível de desenvolvimento urbano que a cidade de Lages por exemplo(cidade mais citada pelos entrevistados) os moradores consideram a ida a cidade de Lages não só como forma de fazer compras mas sim como lazer ,então pode-se concluir que o principal fator que implica no desenvolvimento da economia local e proximidade da cidade de Painel com o Município de Lages ,já que os dois estão separados por uma distância de apenas 28 km.

Através dos dados apurados na pesquisa de campo que se referem a contribuição gerada pela renda das famílias indiferente do nível e do setor gerador desta renda pode-se ter uma ideia geral de qual a contribuição que esta trás as famílias e ao município de Painel, para melhor compreensão destes fatos é preciso que se divida as informações apuradas em duas etapas distintas.

Na primeira deve-se analisar qual a contribuição que renda gera para as famílias, e para isso mais uma vês, tem-se que subdividir as informações em dois novos subitens, analisar a contribuição gerada para as famílias de trabalhadores do setor agrícola que como se apurou tem rendimentos menores e analisar também as informações das famílias de trabalhadores de outros setores da economia local, no caso comercio e setor público.

Com relação a contribuição gerada pela renda dos trabalhadores do setor agrícola, pode-se perceber que pôr os trabalhadores na sua maioria possuem famílias com grande número de integrantes e uma renda que na sua maioria não ultrapassa os dois salários mínimos, estas famílias consomem quase que toda sua renda com alimentação (80 %), sobrando uma pequena parcela para as demais necessidades.

Ao serem indagados sobre em que cidade costumam fazer suas compras a maioria absoluta das famílias responderam que costumam adquirir seus bens na cidade de Lages, o que faz com que a maior parte da renda gerada por estas famílias, que por sua vez já são pequenas seja transferida para as cidades vizinhas, afetando diretamente o comércio e o município como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos dados apurados na pesquisa de campo que se referem a contribuição gerada pela renda das famílias independente do nível e do setor gerador desta renda pode-se ter uma ideia geral de qual a contribuição que esta trás as famílias e ao município de Paineiras, para melhor compreensão destes fatos é preciso que se divida as informações apuradas em duas etapas distintas.

Na primeira deve-se analisar qual a contribuição que renda gera para as famílias, e para isso mais uma vez, tem-se que subdividir as informações em dois novos subitens, analisar a contribuição gerada para as famílias de trabalhadores do setor agrícola que como se apurou tem rendimentos menores e analisar também as informações das famílias de trabalhadores de outros setores da economia local, no caso comércio e setor público.

Com relação a contribuição gerada pela renda dos trabalhadores do setor agrícola, pode-se perceber que pôr os trabalhadores na sua maioria possuem famílias com grande número de integrantes e uma renda que na sua maioria não ultrapassa os dois salários mínimos, estas

famílias consomem quase que toda sua renda com alimentação (80 %), sobrando uma pequena parcela para as demais necessidades.

Ao serem indagados sobre em que cidade costumam fazer suas compras a maioria absoluta das famílias responderam que costumam adquirir seus bens na cidade de Lages, o que faz com que a maior parte da renda gerada por estas famílias, que por sua vez já são pequenas seja transferida para as cidades vizinhas, afetando diretamente o comércio e o município como um todo.

REFERENCIAS

ALVES, A análise da questão localização para as empresas, Artigo independente, 2002.

ARRUDA, Marileide, Monografia, Avaliação socioeconômica das famílias no perímetro urbano do município de Paineiras, 2000.

BACHA, Edmar. **Política econômica e distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CAMARGO, José Márcio et al. **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CLEMENTE, Ademir, HIGACHI, Hermes Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1984.

KEYNES, John Maynard. **Teorias Econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia, volume II**. São Paulo: Abril Cultural.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. São

Paulo: Pioneira, 1998.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 6 ed. São Paulo: Best Seller, 2001.

São Paulo: Atlas, 2000.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teorias Econômicas de Marx e Keynes**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SMITH, Adam. *A Moderna Economia do Trabalho / Teoria Política Pública*, 5ª edição. São Paulo: Makron Books.

SMITH, Robert S., EHRENBERG, Ronald G. *A Moderna Economia do Trabalho / Teoria Política Pública*, 5ª edição. São Paulo: Makron Books.

VASCONCELOS, M. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1996.